

COBERTURA TELEVISIVA SOBRE A INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA DE USUÁRIOS DE CRACK: QUEM É FONTE DE INFORMAÇÃO NO JORNAL NACIONAL DA REDE GLOBO?

Fernanda Vasques Ferreira

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar as fontes de informação que aparecem nas notícias veiculadas no Jornal Nacional, da Rede Globo, sobre a temática da internação compulsória de usuários de crack. Para tanto, o problema de pesquisa que norteia o trabalho é: quais são as fontes que têm lugar de fala no Jornal Nacional quando o assunto é internação compulsória de usuários de crack? Foram selecionadas oito matérias veiculadas no telejornal entre os meses de dezembro de 2011 a maio de 2012. A metodologia compreende o corpus teórico sobre o conceito de notícia, fontes de informação e, como método, a análise de conteúdo das respectivas notícias. Esse trabalho se justifica como uma importante contribuição ao campo da pesquisa em jornalismo, considerando o questionamento inicial e o que suscita a pesquisa em si. Além disso, o presente artigo faz parte de uma pesquisa em nível de doutorado em andamento que pretende compreender o agendamento do Jornal Nacional relativo à questão da internação compulsória de usuários de crack, temática significativamente marginalizada nos meios de comunicação de massa.

Palavras-chave: Fontes de informação; Internação compulsória; Jornal Nacional.

Abstract: *This article aims to present the sources of information appearing in news reports in the National Journal, Rede Globo, on the issue of compulsory hospitalization of crack users. Thus, the research problem that guides the work is: what are the sources of talks taking place in the National Journal when the subject is compulsory hospitalization of crack users? Eight subjects aired on the news in the months of December 2011 to May 2012 were selected. Methodology comprises the theoretical corpus on the concept of news, information sources and, as a method, content analysis of their news. This work is justified as an important contribution to the field of journalism research, considering the initial questioning and which raises the research itself. Furthermore, this article is part of a research at the doctoral level in progress that aims to understand the schedule of the National Journal on the question of compulsory hospitalization of crack users, thematic significantly marginalized in the media of mass communication.*

Keywords: *Sources information; Compulsory hospitalization; National Journal.*

Introdução

Quais são as fontes que têm lugar de fala no Jornal Nacional, da Rede Globo, quando o assunto é internação compulsória de usuários de crack? O presente artigo tem como objetivo apresentar as fontes de informação que tiveram lugar de fala em reportagens que envolviam a temática da internação compulsória de usuários de crack no telejornal Nacional, o de maior audiência da televisão aberta brasileira. O período escolhido para análise compreende desde o anúncio do Programa do Governo Federal no dia 07 de dezembro de 2011 e inclui as notícias

veiculadas no telejornal durante os meses de dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril e maio de 2012, totalizando seis meses desde o anúncio e implantação do programa de enfrentamento “à epidemia do crack”¹. Para se chegar ao corpus empírico deste artigo, a pesquisadora fez uma pesquisa no site da Globo.com, especificamente na aba que contempla o Jornal Nacional, e como termo de busca, utilizou “internação compulsória”. Os resultados da busca não apareceram na ordem cronológica.

Este artigo é parte integrante das pesquisas de doutorado da autora que pretende compreender como se dá o agendamento, a partir da teoria do agenda-setting, do telejornal em relação ao assunto e, portanto, não apresenta conclusões, senão apenas um recorte de um corpus e de uma análise que pretende compreender quais as fontes de informação estiveram presentes nas matérias que apresentam o assunto no telejornal.

Assim, para a respectiva análise, partiu-se do referencial teórico que discute o conceito de notícia, da classificação de fontes de informação no jornalismo e uma breve apresentação da lei de internação compulsória. Todavia, o que se apresenta ao logo desse trabalho demonstra caminhos e possibilidades de novos estudos.

A notícia e o texto jornalístico

A palavra notícia se apresenta familiar, tendo em vista a presença desse tipo de texto no discurso midiático. Apesar da onipresença no jornalismo e de uma certeza de se saber do que se trata o termo, há diferentes formas de conceitua-lo. Para isso, a ideia é fazer uma revisão bibliográfica dos principais autores que discutem o conceito do termo.

Segundo Erbolato (2008), a notícia deve ser “recente, inédita, verdadeira, objetiva e de interesse público”. A notícia é considerada a matéria-prima do jornalismo informativo, já que ela é o ponto de partida para a produção de outras modalidades textuais que envolvem o jornalismo interpretativo e opinativo.

Em alguma medida Nascimento (2009) concorda com Erbolato (2008). Atualidade e ineditismo são as principais características da notícia e servem de parâmetro ao trabalho do repórter que “precisa estar atento ao que é realmente relevante e novo em determinados acontecimentos”. Rodrigues (1993), por sua vez, explica que acontecimento é tudo aquilo que irrompe a superfície lisa da regularidade, dividindo a notabilidade dos acontecimentos em excesso, falha e inversão.

Pereira Junior (2009) afirma que “o ‘acontecimento’ jornalístico por excelência é uma verdade que se tornou padrão. O fato – todo ele – é ‘fato-padrão’”. Para o autor, os acontecimentos são produtos de estratégias porque começa a virar “fato” ao ser “enquadrado” por convenções e procedimentos. Ele explica que “para ‘acontecer’ a realidade tem de ser embalada, codificada, alvo de decisões e exclusões, produto de procedimentos e movimentos de todo modo arbitrários”.

¹ Essa foi a expressão usada pelo telejornal na matéria que anuncia o programa de internação compulsória do Governo Federal.

Assim, os acontecimentos que se tornam notícia compõem um quadro de referencialidades, uma tela, que de algum modo, delimita nosso olhar sobre o real a partir de um determinado ponto de partida. E, se algo não se encaixa no quadro, então será descartado².

No que respeita à estrutura da notícia, ela obedece ao princípio da pirâmide invertida, que configura a apresentação da notícia na ordem do mais importante para o menos importante de modo que a informação central anteceda as informações adicionais e menos importante em relação aos acontecimentos, assim como as falas envolvidas no acontecimento. Pinto (2009) explica que se o leitor não quiser ler até o fim, terá obtido o que é fundamental no início. O princípio da pirâmide invertida está ligada ao conceito de lide, do inglês *lead*, o que vem na frente, pois é o primeiro parágrafo de um texto jornalístico.

As notícias se qualificam como tal muito em função do julgamento dos fatos por parte dos jornalistas que acabam estabelecendo critérios de relevância do material, apontando as mensagens que valem a pena ser transportadas à atenção do leitor. É como se o jornalista fosse detentor de um “conhecimento sagrado”, ou seja, de uma espécie de “capacidade secreta do jornalista que o diferencia das outras pessoas”, conforme aponta Gaye Tuchman.

Fontes de informação

Como chegam as informações às redações ou aos jornalistas? As informações chegam de diferentes maneiras, mas é possível esquematizar, como via de regra, isso acontece no exercício cotidiano do jornalismo. A observação do repórter pode ser uma fonte de informação. Entretanto, o caminho mais comum para que o repórter tenha acesso às informações é por meio das fontes. Erbolato (2008) é enfático ao dizer que “tudo o que jornal publica é obtido nas fontes de informação”. O autor classifica as fontes de informação em dois grandes grupos: as fixas e as fora de rotina. As primeiras são aquelas visitadas obrigatória e diariamente pelos repórteres e as fora de rotina são as procuradas excepcionalmente, quando o esclarecimento de um fato o exige.

Ainda na classificação de fontes, Erbolato (2008) apresenta as classificações em diretas, indiretas e adicionais. As diretas são as pessoas envolvidas em um fato ou ocorrência ou ainda, aqueles comunicados e notas oficiais a respeito, exemplo: o boletim de ocorrência fornecido por autoridade policial. As fontes indiretas são aquelas que, por dever profissional, sabem de um fato circunstancialmente e, por fim, as fontes adicionais são aquelas que fornecem informação suplementar ou ampliam a dimensão história da notícia, como: enciclopédias, almanaques, relatórios.

As fontes em jornalismo compreendem pessoas e instituições que podem fornecer informações a respeito de determinado fato ou assunto, seja por seu aspecto testemunhal (por ter vivenciado ou presenciado esse fato), seja por seu aspecto de especialização (profissionais, pesquisadores ou instituições especializadas em determinados temas). Há que se considerar aqui, também, o trabalho de empresas e organizações jornalísticas que atuam na produção e

² A teoria do newsmaking e do gatekeeper discorrem em profundidade sobre esta perspectiva da produção das notícias a partir do estudo sociológico das profissões com foco nos emissores. Não menos importante, essa teoria ajuda a compreender o cardápio de notícias que são ofertadas a partir dos órgãos de imprensa. Todavia, este artigo não pretende e, nem conseguiria, discutir a questão, correndo o risco de torna-la marginal, se o fizesse, diante dos outros elementos centrais discutidos no documento, tendo em vista a problemática relativa às fontes de informação.

na divulgação de conteúdos noticiosos: assessorias de imprensa e agências de notícias. (NASCIMENTO, 2009:89)

Lage (2001) classifica as fontes em oficiais, oficiosas e independentes. As oficiais são as vinculadas ao poder público (municipal, estadual ou federal), às empresas e associações de classe e às instituições religiosas. As oficiosas são aquelas que, de certa forma, margeiam as oficiais, porque estão ligadas a elas, mas não gozam da mesma legitimidade das oficiais, pois não falam em nome delas. Já as fontes independentes são representadas pelas organizações não-governamentais, as ONG's ou entidades sem fins lucrativos. Mesmo com esta definição, Lage contrapõe o conceito de independente, porque em sua opinião, as ditas fontes independentes costumam ser engajadas em suas respectivas causas e financiadas por grandes grupos econômicos.

Outra classificação possível é a da Folha de São Paulo que, em seu manual de redação, classifica as fontes a partir da noção de que hierarquizá-las é fundamental para a atividade jornalística. Assim, a Folha classifica as fontes de informação em três categorias: a fonte de tipo zero que é a escrita e com tradição de exatidão, ou a gravada sem deixar margem à dúvida: enciclopédias renomadas, documentos emitidos por instituição com credibilidade, videoteipes. “Em geral, a fonte de tipo zero prescinde de cruzamento. Para não repetir erros já publicados, evite ter um periódico do tipo jornal ou revista como única fonte para uma informação”. (MANUAL DE REDAÇÃO DA FOLHA DE SÃO PAULO, 2010:38)

A fonte tipo um é a mais confiável, comparando com as outras fontes informativas que são pessoas. A Folha define a fonte tipo um:

A fonte de tipo um tem histórico de confiabilidade -as informações que passa sempre se mostram corretas. Fala com conhecimento de causa, está muito próxima do fato que relata e não tem interesses imediatos na sua divulgação. Embora o cruzamento de informação seja sempre recomendável, a Folha admite que informações vindas de uma fonte tipo um sejam publicadas sem checagem com outra fonte. (MANUAL DE REDAÇÃO DA FOLHA DE SÃO PAULO, 2010:38)

A fonte tipo dois tem todos os atributos da fonte tipo um, menos o histórico de confiabilidade. Nesse caso, a informação deve ser cruzada pelo menos com mais uma fonte (do tipo um ou dois), antes de ser publicada.

Já a fonte de tipo três é a de menor confiabilidade. Normalmente a Folha trata as informações prestadas por esse tipo de fonte como rumor ou informação não-confirmada, já que esta fonte de informação pode ter interesses econômicos, políticos, entre outros.

Para Pinto (2009), um dos principais patrimônios do jornalista são suas fontes. São os técnicos e especialistas que explicam o assunto, mostram onde pode haver algo errado com a informação ou orientam o repórter quanto o melhor local para encontrar a informação. Os informantes são os que contam o que está acontecendo, passam pautas e dão informações de bastidores. Os personagens são aqueles que estão diretamente envolvidos nos fatos e que precisam ser ouvidos na reportagem. E, por fim, a autora aponta os analistas que não estão diretamente envolvidos com o fato, mas que ajudam a coloca-los em contexto, interpretá-lo.

Importante destacar que Rocco (1991) ao discutir a autoridade no discurso televisivo, afirma

que existem falas que se sobrepõem, em importância e verdade, a outras. Há situações em que se reconhece a qualidade e o predomínio de um indivíduo sobre outro ou sobre uma situação. E isso é perceptível nas vozes do telejornal. É notório que, durante a sua produção, o telejornal privilegia uma fonte em detrimento de outra, bem como, a maneira como serão dispostas, o lugar que elas vão ocupar no discurso televisivo (se aparecem em primeiro lugar ou por último) define a fala que irá prevalecer dentro do contexto de determinada notícia.

A lei: um breve histórico

A lei que trata da internação compulsória (lei 10.216/2001) foi sancionada pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. O texto da ementa explica que a lei “Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental”. Em parágrafo único da lei são apresentados os três tipos de internação psiquiátrica: I - internação voluntária: aquela que se dá com o consentimento do usuário; II - internação involuntária: aquela que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro; e III - internação compulsória: aquela determinada pela Justiça.

A partir disso, em 2010, o decreto (7.179/2010) do presidente Luiz Inácio Lula da Silva instituiu o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas e criou o Comitê Gestor do Plano. Mas, em 2011, no governo da Presidente Dilma Roussef, foi lançado o programa *Crack, é possível vencer* e, a primeira notícia veiculada no Jornal Nacional sobre o assunto foi a do dia 07 de dezembro de 2011, por ocasião do lançamento do programa. Segundo texto que apresenta o programa:

No campo legislativo, a Lei nº 11.343/2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad) e estabelece medidas para a prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, é o marco legal da mudança de paradigma e de procedimentos no Brasil. A lei contempla a perspectiva da intervenção integrada, incluindo ações de promoção da saúde e de conscientização sobre os riscos do uso de crack, álcool e outras drogas, de disponibilização de serviços de atendimento e enfrentamento do tráfico. (BRASIL, 2006)

A televisão e o telejornal

As três características mais fortes e frequentes apontadas na avaliação do “modo de falar” da TV e que, na maior parte das vezes, são negativas se referem ao ritmo, à densidade, à superficialidade e ao espetáculo da sua linguagem. Dessa forma, aponta-se para uma excessiva velocidade do texto apoiado sobre uma ação constante, ininterrupta, tornando o texto televisivo bastante efêmero e minimizando os temas e assuntos.

A segunda característica diz respeito à densidade e à superficialidade. A audiência televisiva é formada por um público bastante heterogêneo e, dessa forma, o conteúdo que é passado para o público tem de ser diluído para que se torne acessível a todos os níveis culturais, econômicos e políticos. A dinâmica da imagem televisiva solicita respostas imediatas de quem a ela está submetido, promovendo reações reflexas e rápidas. Ou seja, o telespectador, mesmo se quisesse, não conseguiria voltar para ver e ouvir novamente no caso de não ter entendido uma passagem, a menos que estivesse gravando a programação.

A terceira característica é motivo de críticas e se refere ao tom de espetáculo da linguagem televisiva que está ligado às duas características anteriores pela necessidade de uma suposta massificação do público da televisão. Como toda estrutura comunicativa, a televisão depende de telespectadores que garantam uma audiência para a venda de espaços publicitários. Para garantir esse número de telespectadores, a televisão recorre ao espetáculo para a composição do seu conteúdo. Tornar as notícias mais breves, menos densas, mais superficiais, ilustradas com recursos audiovisuais que, muitas vezes, chegam a parecer um show pirotécnico de imagens e sons, é uma forma de espetacularizar as notícias que, do contrário, não receberiam atenção do telespectador.

Por isso, o texto jornalístico, tanto impresso quanto televisivo, deve ser claro, conciso, direto, preciso, simples e objetivo. Uma vez que uma das características do rádio e da televisão é a instantaneidade, a notícia deve ser entendida pelo receptor no exato momento da sua transmissão. Ou seja, na televisão, o texto deve ser coloquial e deve ser lido como uma história que está sendo narrada ao telespectador. Segundo Heródoto Barbeiro e Paulo Rodolfo de Lima, “o texto do telejornal tem uma estrutura de movimento, instantaneidade, testemunhalidade, indivisibilidade de imagem e som, sintetização e objetividade”.

Souza (2004) explica que o gênero informativo telejornal pode ser definido também como um programa que apresenta características próprias e evidentes e com apresentador em estúdio chamando matérias e reportagens sobre os fatos mais recentes. Dada a sua importância, as grades horárias da televisão podem deixar de apresentar um ou outro gênero, mas o telejornalismo ocupa espaço e visibilidade fundamentais para o conceito de rede de televisão. Portanto, o telejornal tem como dever informar, educar, servir, interpretar e entreter. Citando um estudo comparativo realizado por Rezende, Souza (2004) demonstra que nos telejornais é possível identificar apenas dois gêneros: o informativo e o opinativo. Os outros dois gêneros: diversional e interpretativo possivelmente não se adaptam à lógica dos telejornais.

Sendo assim, as falas, na televisão têm uma intencionalidade e podem ser tipificadas. Os depoimentos podem ser analisados a partir da pessoa que diz, do que diz e de que forma diz. “A pessoa que diz é a autoridade, portanto goza de prestígio e, por conseguinte, o que disser será acatado, sobretudo levando-se em conta a forma pela qual acaba por dizer algo. Assim o verbal interage com o pessoal, tornando- indissociável”.

Os padrões do noticiário televisivo, portanto, apresentam um conjunto de regras que podem levar à falhas e erros por conta dessa excessiva padronização da linguagem. A falta de pluralidade de fontes, a fragmentação e a espetacularização da informação, bem como a dramatização dos fatos são exemplos de como a televisão incorre em erros.

Fontes de informação: as oficiais sentenciam

A partir do escopo teórico, a análise de conteúdo foi utilizada para identificar as fontes de informação. Nas oito matérias veiculadas no Jornal Nacional no período compreendido nessa análise, pode-se observar uma padronização no que se refere à apresentação das fontes de informação. A regra de apresentação das fontes, a partir de uma frequência e regularidade, pode ser simplificada levando em conta que, quase sempre, as primeiras fontes são os personagens e, por último sempre aparece uma fala oficial, considerando a categoria apresentada por Lage (2001).

Apenas uma matéria subverte essa ordem no telejornal, a que aparece no portal Globo.com com o seguinte título: *SP: Crack é responsável por duas internações compulsórias a cada dia*. A matéria veiculada traz dois personagens e duas fontes oficiais. Nesse caso especificamente, a matéria abre com a história e fala de um personagem, é intercalada pela fala de duas fontes oficiais e, é encerrada com outro personagem. Das oito unidades de análise, essa foi a única matéria encerrada com a fala de um personagem. Todas as outras foram encerradas com fontes oficiais. Assim, preponderam como fontes de informação nas notícias veiculadas no telejornal, a partir da recorte do corpus empírico, as fontes oficiais que quase sempre, são determinantes e efetivas para fechar a discursividade da produção noticiosa sobre a internação compulsória.

Desse modo, é possível inferir que, conforme Rocco (1991) “a pessoa que diz é a autoridade, portanto goza de prestígio e, por conseguinte, o que disser será acatado, sobretudo levando-se em conta a forma pela qual acaba por dizer algo”. E, neste caso das notícias sobre a internação compulsória, percebe-se claramente que há um empoderamento das fontes oficiais que são capazes de sentenciar sobre a questão da internação compulsória de usuários de crack.

O recorte aponta que foram utilizados dez personagens nas oito matérias. Essas fontes eram os usuários de crack, parentes e familiares próximos dos dependentes químicos. Foram ouvidas 20 fontes oficiais, representando diferentes setores do Estado, do poder público. Duas fontes ouvidas foram classificadas como especialistas, apesar de, na literatura, todas as fontes poderem ser consideradas especialistas. Essa “nova” classificação se deu em função de as duas fontes não se enquadrarem em nenhuma das três tipologias de fontes apresentadas por Lage (2001) e, na matéria não ter sido apresentado o lugar de fala da respectiva fonte.

As tabelas abaixo trazem a data, a cabeça da matéria e as fontes encontradas:

04 de janeiro de 2013	
Cabeça	O governo de São Paulo anunciou um programa de internação de dependentes químicos para tratamento, mesmo contra a vontade deles. A internação compulsória é prevista em lei, desde que haja atestado médico e autorização da Justiça.
Fonte 1	Personagem ³ : usuária de crack
Fonte 2	Fonte oficial: Rosângela Elias, coordenadora da Secretaria de Saúde de São Paulo.
Fonte 3	Fonte especialista ⁴ : psicanalista Antônio Sergio Gonçalves
Fonte 4	Fonte oficial: juiz da Infância e Juventude, Antonio Carlos Malheiros
Fonte 5	Fonte personagem: dependente químico
21 de janeiro de 2013	
Cabeça	Começou a funcionar, nesta segunda-feira (21), em São Paulo, o serviço que possibilita a internação imediata e compulsória de usuários de crack. Ou seja: mesmo contra a vontade do próprio viciado.
Fonte 1	Personagem: filha de usuário de crack
Fonte 2	Fonte oficial: Antonio Malheiros, coordenador da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça de São Paulo.
Fonte 3	Fonte oficial: padre Júlio Lancellotti, pastoral de rua da Arquidiocese de São Paulo.
Fonte 4	Fonte oficial: Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin.

³ A fonte do tipo personagem é o indivíduo que ilustra as matérias jornalísticas, são pessoas comuns que, conforme pesquisa realizada pela autora deste artigo em sua dissertação de mestrado, podem pertencer às diferentes classes de indivíduos conforme sua condição de cidadania.

⁴ Esta categoria não está presente em nenhuma classificação, mas dada à dificuldade e incoerência de enquadrá-la na classificação oficiais, oficiosas ou independente, pesquisadora utilizou especialista por não conseguir identificar o lugar de fala do psicanalista em questão ou os motivos que levaram o Jornal Nacional a inserir o médico na matéria.

25 de fevereiro de 2013	
Cabeça	O serviço que facilita a internação dos dependentes de crack em São Paulo completou um mês na semana passada. Apesar da controvérsia sobre a possibilidade de viciados serem internados por ordem da Justiça contra a própria vontade, não foi registrado nenhum caso desse tipo. Mas a procura de tratamento aumentou de 30 por semana para 60 dependentes químicos, por dia.
Fonte 1	Personagem: pai de um jovem usuário de crack
Fonte 2	Fonte personagem: dona Ana, diarista, mãe de um usuário
Fonte 3	Fonte oficial: juiz Iasin Issa Ahmed
Fonte 4	Fonte oficial: governador Geraldo Alckmin
29 de novembro de 2012	
Cabeça	Um pedido feito a Papai Noel por um adolescente de 14 anos provocou uma comoção imensa na cidade de Fernandópolis, no interior de São Paulo.
Fonte 1	Personagem: adolescente de 14 anos
Fonte 2	Fonte personagem: avó do adolescente
Fonte 3	Fonte oficial: juiz Iasin Issa Ahmed
Fonte 4	Fonte oficial: governador Geraldo Alckmin
24 de fevereiro de 2012	
Cabeça	Na Grande São Paulo, o consumo de crack é responsável por quase duas internações compulsórias por dia para tratamento de adultos. O repórter Alan Severiano mostra como isso funciona e os cuidados necessários para que o dependente da droga seja recuperado.
Fonte 1	Personagem: taxista, usuário de crack
Fonte 2	Fonte oficial: promotor Mário Coimbra.
Fonte 3	Fonte oficial: juiz Marco Antonio Marques da Silva
Fonte 4	Fonte personagem: usuário de crack, Fabian
07 de dezembro de 2011	
Cabeça	O Governo Federal lançou nesta quarta-feira (7) mais um programa de combate à epidemia de crack. O plano integra as áreas de saúde e de segurança. E pretende evitar que os dependentes voltem às ruas e ao vício.
Fonte 1	Fonte oficial: delegada Valéria Aragão
Fonte 2	Fonte oficial: ministro da saúde, Alexandre Padilha
Fonte 3	Fonte especialista ⁵ : psiquiatra Jairo Werner
04 de fevereiro de 2012	
Cabeça	Uma nova lei estabeleceu regras para o cumprimento de medidas socioeducativas por menores infratores.
Fonte 1	Personagem: jovem infrator
Fonte 2	Fonte oficial: promotor de Justiça da Infância e da Juventude Wilson Tafner.
Fonte 3	Fonte oficial: diz Gabriela Gramkow, do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo.
Fonte 4	Fonte oficial: advogado Ariel de Castro Alves, da Comissão de Infância e Juventude da OAB
13 de dezembro de 2011	
Cabeça	O Governo Federal anunciou, na semana passada, uma série de medidas para combater o crack. E, como sempre acontece com temas dessa complexidade, houve elogios à iniciativa, mas também, críticas. Isso ocorre basicamente porque o desafio que o poder público tem pela frente é enorme. Como você vê na reportagem de Graziela Azevedo.
Fonte 1	Fonte oficial: Rosângela Elias, coordenadora do Programa Álcool e Drogas.
Fonte 2	Fonte oficial: secretário municipal da Saúde de São Paulo, Januario Montoni
Fonte 3	Fonte oficial: ministro da saúde, Alexandre Padilha
Fonte 4	Fonte oficial: desembargador Antonio Carlos Malheiros.

Considerações finais

O artigo pretendeu apresentar as fontes de informação que têm lugar de fala no Jornal Nacional quando o assunto é internação compulsória e é parte de um trabalho de doutorado

⁵Não fica claro o lugar de fala e a qual instituição o especialista é vinculado. Por isso, categorizou-se especialista.

em fase de andamento que discute o agendamento da mídia sobre a internação compulsória no respectivo telejornal.

A revisão bibliográfica apontou para a dificuldade de se enquadrar as fontes nas categorias clássicas apresentadas, apesar de a classificação, neste artigo ter se atido à classificação elaborada por Lage (2001). Assim, este trabalho aponta para uma necessidade de melhor classificar as fontes de informação, buscando talvez, a partir da empiria criar categorias classificáveis de fontes de informação. A bibliografia que trata do assunto e mencionada neste artigo não esgota a problemática da classificação, nem seus conceitos e exemplos. E, nesse sentido, isso talvez aponte para a necessidade de revisar as classificações e tipologias de fontes, buscando apresentar um quadro mais atualizado, claro e possível de ser compreendido e analisado.

O corpus empírico selecionado para esta análise apontou uma padronização na forma de fazer notícia do Jornal Nacional que, quase sempre, utiliza o personagem para ilustrar e a fonte oficial para fechar o discurso. Além disso, observou-se uma preponderância da fala de fontes oficiais, e é possível destacar que nenhuma das oito matérias buscou trazer fontes “ditas” independentes, mesmo considerando o questionamento feito por Erbolato (2008) sobre a “independência”, ou mesmo, entidades que não estivessem ligadas ao Estado, mas que têm ingerência ou atuação no que tange ao assunto. Assim, o artigo demonstra que há nitidamente uma hierarquização de fontes de informação no telejornal e que isso denota o estabelecimento de forças e poderes diferenciados nas discursividades no telejornal, tendo sempre na figura da fonte de informação oficial, a fala sentenciadora, capaz de “concluir” e “fechar” o assunto abordado nas matérias.

Referências

BARBEIRO, H; LIMA, P. R. de. *Manual de telejornalismo*. Os segredos da notícia na TV. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1988.

ERBOLATO, Mário L. *Técnicas de codificação em Jornalismo*. São Paulo: Ática, 2008.

FERREIRA, Fernanda Vasques. *As representações dos indivíduos anônimos no telejornalismo brasileiro*: um estudo comparativo entre o Jornal Nacional e o Jornal da Record. Faculdade de Comunicação. Brasília, Universidade de Brasília, 2007.

JORGE, Thaís de Mendonça. *Manual do foca*: guia de sobrevivência para jornalistas. São Paulo: Contexto, 2008.

LAGE, Nilson. *A reportagem*: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MANUAL DE REDAÇÃO FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo: Publifolha, 2010.

NASCIMENTO, Patricia Ceolin do. *Técnicas de redação em Jornalismo*: o texto da notícia. In: PRADO, Magaly (org.) São Paulo: Saraiva, 2009.

PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. **A apuração da notícia:** métodos de investigação na imprensa. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

PINTO, Ana Estela de Sousa. **Jornalismo diário:** reflexões, recomendações, dicas e exercícios. São Paulo: Publifolha, 2009.

ROCCO, M. T. F. **As palavras na TV:** um exercício autoritário?. In: NOVAES, A. (Org.). *Rede imaginária – televisão e democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **O Acontecimento**. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo, questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Veja, 1993.

TUCHMANN, Gaye. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Gustavo Gili, 1983.

BRASIL. Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. **Planalto**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm>. Acesso em: 21 abr. 2014.

BRASIL. Decreto nº 7.179, de 20 de maio de 2010. Institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, cria o seu Comitê Gestor, e dá outras providências. **Planalto**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7179.htm>. Acesso em: 22 abr. 2014.

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.. **Planalto**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm>. Acesso em: 13 abr. 2014.

JORNAL NACIONAL. **SP: Crack é responsável por duas internações compulsórias a cada dia**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2012/02/sp-crack-e-responsavel-por-duas-internacoes-compulsorias-cada-dia.html>>. Acesso em: 24 abr. 2014.

JORNAL NACIONAL. **SP: governo anuncia internação compulsória de viciados em crack**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/01/sp-governo-anuncia-internacao-compulsoria-de-viciados-em-crack.html>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

JORNAL NACIONAL. **SP inicia programa de internação compulsória de viciados em crack**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/01/sp-inicia-programa-de-internacao-compulsoria-de-viciados-em-crack.html>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

JORNAL NACIONAL. **Poder público tem grande desafio para combater o crack no Brasil**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2011/12/poder-publico-tem-grande-desafio-para-combater-o-crack-no-brasil.html>>. Acesso em: 13 abr. 2014.

JORNAL NACIONAL. **Nova lei dará tratamento diferenciado a menores infratores**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2012/02/nova-lei-dara-tratamento-diferenciado-menores-infratores.html>>. Acesso em: 16 abr. 2014.

JORNAL NACIONAL. **Adolescente pede para Papai Noel internar mãe dependente química.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/11/adolescente-pede-para-papai-noel-internar-mae-dependente-quimica.html>>. Acesso em: 27 de mar. 2014.

JORNAL NACIONAL. **Governo anuncia plano contra crack que prevê internação compulsória.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2011/12/governo-anuncia-plano-contracrack-que-preve-internacao-compulsoria.html>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

JORNAL NACIONAL. **Programa para dependentes completa 1 mês sem internação compulsória.** Disponível em: <<http://m.g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/02/programa-para-dependentes-completa-1-mes-sem-internacao-compulsoria.html?hash=2>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

Portal Brasil. **Programa Crack, é possível vencer.** Disponível em: <<http://www2.brasil.gov.br/crackepossivelvencer/programa>>. Acesso em: 20 abr. 2014.